



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. SAULO COELHO)

ASSUNTO:

Altera o artigo 17 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que a comunicação relativa aos depósitos do FGTS conste do comprovante de pagamento do empregado e das outras providências.

PL. 1559/91 Art. 24, II
REDISTRIBUIDO nos termos da Resol. 10/91,
as Comissões:

TRABALHO, DE ADM. E SERVIÇO PÚBLICO (Art. 5º, I, RI) - TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (Art. 5º, II, RI)

AO ARQUIVO

em 17 de 09 de 1991

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19__

O Presidente da Comissão de _____

91

DE 19

1559

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.559, DE 1991
(DO SR. SAULO COELHO)



Altera o artigo 17 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que a comunicação relativa aos depósitos do FGTS conste do comprovante de pagamento do empregado e dá outras providências.

VIDE CAPA

~~(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM);
E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO -
ART. 24, II)~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: (Art. 24, II)
Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
Trabalho, de Adm. e Serviço Público


Presidente

PROJETO DE LEI

(Do Sr. Em 08 / 08 / 91.

PROJETO DE LEI 1559/91

Altera o art. 17 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que a comunicação relativa aos depósitos do FGTS conste do comprovante de pagamento do empregado, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 17.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita no comprovante de pagamento do empregado, devendo constar o valor recolhido ao FGTS no mês e o saldo atualizado, até o mês anterior, da respectiva conta vinculada.

§ 2º Ficam as instituições financeiras depositárias obrigadas a fornecer aos empregadores todas as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO



O art. 17, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, já obriga os empregadores a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS.

Todavia, outras informações importantes, tais como o saldo atualizado das contas vinculadas, ficam na pendência do recebimento de dados por parte da Caixa Econômica Federal e demais bancos depositários.

A prática tem demonstrado que a segunda parte do dispositivo legal em tela tem sido de pouca, ou quase nenhuma eficácia. Nem os agentes financeiros fornecem os dados sobre o Fundo, nem os empregadores cobram o contrário - e o que é ainda pior - nem os trabalhadores recebem as informações a que têm direito.

O objetivo precípua desta lei é o de instrumentalizar as disposições já contidas na Lei nº 8.036, fazendo com que os trabalhadores possam ter acesso às informações sobre suas contas vinculadas, possibilitando um maior controle sobre os depósitos e os saldos.

Tal procedimento pode tornar-se um valioso auxiliar na fiscalização dos recursos do FGTS, coibindo eventuais fraudes.

A imprensa, recentemente, veiculou que o FGTS pode estar envolvido numa fraude de proporções tão grande quanto a da Previdência Social. Técnicos do Ministério do Trabalho e da Caixa Econômica Federal estimam um rombo da ordem de Cr\$ 1,7 trilhão, fruto do não recolhimento do percentual devido aos trabalhadores pela maioria das empresas brasileiras.

No papel, o FGTS tem todas as condições para funcionar de forma transparente; na prática, há pouca possibilidade de que o Fundo venha a cumprir sua função.



O Sistema do FGTS tem que se tornar transparente. Este compromisso não pode ser postergado, sob pena de se tornarem irresponsáveis as razões dos sindicatos que advogam a criação de um banco, sob administração dos trabalhadores, para gerir um fundo que, por força de lei, lhes pertence, por constituir-se de haveres de direito líquido e certo.

Estas as razões pelas quais esperamos contar com o necessário voto dos ilustres pares no Congresso Nacional para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 08 de Agosto de 1991


Deputado SAULO COELHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 17 - Os empregadores se obrigam a comuni-
car mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e
repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas re-
cebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.

PROPOSICAO : PL. 1559 / 91

DATA APRES.: 08/08/91

AUTOR : SAULO COELHO - PSDB/MG

* (Art. 24, II RI) *

Altera o art. 17 da Lei no. 8036, de 11 de maio de 1990, para determinar que a comunicacao relativa aos depositos do FGTS conste do comprovante de pagamento do empregado, e da outras providencias.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)

Trabalho, Administracao e Servico Publico



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 1559/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 19/04/92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário